

IAPEN-AC

Especialista em Execução Penal



Editais verticalizados

Instituto de Administração
Penitenciária do Estado do
Acre

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão de texto.
2. Interpretação de textos verbais e não verbais, tipologia e gênero textuais.
3. Sistema ortográfico: Ortografia oficial do português do Brasil. Acentuação gráfica. Separação silábica.
4. Morfologia: Formação e classe de palavras.
5. Emprego do sinal indicativo de crase.
6. Sintaxe da oração e do período.
7. Pontuação. 8. Concordância nominal e verbal.
9. Regência nominal e verbal.
10. Semântica: Funções da linguagem e significação das palavras.
11. Figuras de Linguagem.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ACRE

1. História do estado do Acre.
2. Realidade étnica, social, geográfica, cultural, política e econômica do Acre.
3. Clima, vegetação e relevo.
3. Referências turísticas e de lazer.
4. Caminhos do Acre: escolhas que transformam cidades e vidas.

INFORMÁTICA BÁSICA

1. Conceitos básicos do Sistema Operacional Windows.
2. Principais aplicativos e acessórios do Windows 10.
3. Conceitos de organização de pastas e arquivos.
4. Principais extensões de arquivos.
5. Microsoft Office: principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, editor de apresentações. Teclas de Atalho nos principais aplicativos.
6. Conceito gerais sobre Internet: ferramentas e aplicativos de navegação (browser), Ferramentas de busca e pesquisa.
7. Correio Eletrônico: principais aplicativos (Outlook, Gmail e outros).
8. Noções de Computação em Nuvem (Cloud Computing): OneDrive e Google Drive.
9. Segurança da Informação: Malware e Antivírus, dispositivos para armazenamento de dados e cópia de segurança, procedimentos de backup.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA TODOS OS CARGOS

1. Lei nº 1.908/2007 (Dispõe sobre o Instituto de Administração Penitenciária do Acre – IAPEN/AC);
2. Decreto nº 5.027/2010 (Dispõe sobre o Código de Conduta do Servidor com lotação no Instituto de Administração Penitenciária do Acre - IAPEN/AC);
3. Resolução nº 307 - Conselho Nacional de Justiça de 2019 (Institui a Política de Atenção a pessoas egressas do Sistema Prisional);
4. Lei nº 8.742/1993 (Dispõe sobre a organização da Assistência Social);
5. Lei nº 12.435/2011 (Altera a Lei nº 8.742/1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social);

6. Resolução nº 2/2010 (Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação);
7. Resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE/AC nº 135/2013 (Normas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, para pessoas em situação de privação de liberdade no Sistema prisional do Estado do Acre);
8. Lei nº 13.675/2018 (disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; institui o Sistema Único de Segurança Pública) e Decreto de Regulamentação nº 9.489/2018 e suas alterações;
9. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso);
10. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha);
11. Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Preconceito de raça ou cor); 12. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial);
13. Direitos Humanos: Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Decreto nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica de 1969 - art. 1º ao 32); Declaração de Pequim Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz; Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESPECIALISTA EM EXECUÇÃO PENAL

1. Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e suas alterações;
2. Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (Prisão Temporária);
3. Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais);
4. Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal);

5. Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Lei de Tortura);
6. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime Organizado);
7. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Lei de Crimes Hediondos);
8. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento);
9. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade);
10. Lei nº 1.079/1950 e suas alterações (Lei de Crimes de Responsabilidade);
11. Lei nº 11.343/06 e suas alterações (Lei de Drogas);
12. Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal);
13. Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (Prisão Temporária);
14. Lei nº 8.429/92 e suas alterações (Improbidade Administrativa);
15. Crimes contra a pessoa: 1.1. Dos Crimes contra a Vida. 1.2. Das lesões corporais.
1.3. Da periclitacão da vida e da saúde. 1.4. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos;
16. Crimes contra o patrimônio;
17. Crimes contra a Administração Pública (art. 312 a 359 do Decreto-Lei nº 2848/1940 – Código Penal Brasileiro);
18. Noções de Direito Administrativo:
 - 18.1. Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organizaçãõ; natureza, fins e princípios.
 - 18.2. Conceito, fontes e princípios.
 - 18.3. Organizaçãõ administrativa: centralizaçãõ, descentralizaçãõ, concentraçãõ e desconcentraçãõ; organizaçãõ administrativa da Uniãõ; administraçãõ direta e indireta.
 - 18.4. Agentes pùblicos: espécies e classificaçãõ; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e funçãõ pùblicos; regime jurìdico: provimento, vacância, remoçãõ, redistribuiçãõ e substituiçãõ; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.
 - 18.5. Processo Administrativo.
 - 18.6. Processo administrativo disciplinar e sindicância.
 - 18.7. Bens pùblicos;
19. Noções de Direito Constitucional:
 - 19.1. Dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais;

nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.

19.2. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

19.3. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.

19.4. Direitos Humanos e acesso à justiça.

19.5. O dever dos estados de promover o acesso à justiça.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!